

Os traidores da categoria

ALEXANDRE POLESÍ

27 MAI 1986

Profissão - jornalista

Um cartaz colado no último dia 5 no auditório da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro, durante um debate sobre a obrigatoriedade de diploma para o exercício da profissão de jornalista, revelou de maneira exemplar a paixão corporativista com que esta questão vem sendo tratada em certas áreas universitárias e sindicais, mas sobretudo suscitou uma pergunta sobre quem realmente fala, para a sociedade brasileira, em nome do jornalismo brasileiro.

Sob título "Os traidores da categoria", o cartaz arrolava cerca de quinze jornalistas, todos favoráveis ao fim do diploma obrigatório de jornalismo para o exercício da profissão, a começar por Mauro Santayana, autor desta proposta perante a Comissão de Estudos Constitucionais. Nomes como Oliveiros da S. Ferreira, Clóvis Rossi, Isaac Jardenovsky, Boris Casoy, Raimundo Rodrigues Pereira, Matinas Suzuki Jr., Cato Túlio Costa, Miguel Jorge e alguns mais.

O que há de comum nestes nomes, além de sua posição contra o diploma obrigatório? Apenas que são jornalistas militantes e alguns dos mais importantes e respeitáveis da imprensa brasileira. Colado por estudantes de jornalismo, com a cumplicidade do presidente do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro, o beneplácito de professores universitários, a indiferença de diretores da ABI e o entusiástico apoio da maioria dos que assistiam ao debate (honoras exceções à parte, que protestaram), aquele cartaz — uma autêntica lista de cassações — apesar de tudo prestou um serviço à atual polêmica.

Mostrou que a defesa do fim do diploma obrigatório não é uma mera

trama patronal ou uma solerte maquiagem da Sociedade Interamericana de Imprensa (SaiP). E acima de tudo uma exigência que corta vertical e horizontalmente a categoria dos jornalistas brasileiros. O cartaz da ABI é, de fato, exemplar: havia nele jornalistas conservadores, liberais e esquerdistas; patrões e empregados; editores e repórteres; profissionais diplomados em Jornalismo e profissionais "diplomados" nas redações; professores universitários, ex-professores universitários e profissionais que nunca ensinaram em universidades; jornalistas que militaram na imprensa alternativa e estudantil e outros que sempre foram da grande imprensa.

Passados alguns meses desde que Mauro Santayana apresentou sua proposta, o debate que se seguiu já permite algumas conclusões. A primeira delas é que, cada vez mais, a defesa do diploma concentra-se na militância sindical da categoria e entre alunos e professores de Jornalismo, enquanto que a defesa do fim daquela exigência espalha-se entre os que militam nas redações, isto é, entre os que têm na profissão sua atividade principal, senão exclusiva, com destaque particular para alguns dos mais respeitáveis profissionais da imprensa brasileira (há jornalistas de primeiríssimo plano defendendo o diploma, mas são minoria).

Fora da categoria, o debate não se presta a enquadramentos ideológicos ou partidários. Na área política, aprovam o fim do diploma obrigatório específico nomes como Fernando Henrique Cardoso e Orestes Quêrcia (PMDB), Francisco Weffort e Marilena Chauí (PT). Paulo Makuf (PDS) é contra. Eduardo

Suplicy (PT) não tem uma posição clara.

Outra conclusão: podem ter razão, de um ponto de vista estrito, os que argumentam que diploma para jornalista não é matéria constitucional, mas, ao provocar o debate, a Comissão de Estudos Constitucionais mostrou que este é um tema que está na ordem do dia (do contrário, haveria tanta polêmica?). E um resultado concreto já surgiu, com o projeto do deputado federal Sebastião Nery (PMDB-RJ), defendendo o fim do diploma obrigatório para o exercício da profissão. Note-se: é um projeto apresentado por um deputado ao Congresso, que agora irá discuti-lo e aprová-lo ou rejeitá-lo, no foro mais adequado para isso.

Na verdade, a polêmica escapou dos limites da categoria porque o que está em debate, de fato, é o corporativismo da sociedade brasileira e de suas representações profissionais. E tornou-se um assunto político porque começou entre jornalistas. Poucos ligariam para isso, se o debate estivesse ocorrendo entre químicos, biólogos ou metalúrgicos.

Tentando reduzir o debate à defesa da reserva de mercado para diplomados e procurando enquadrá-lo apenas como uma ameaça à regulamentação da categoria, os sindicatos de jornalistas repisam o mote agitativo de que "jornalista é trabalhador" e insistem em querer representar a categoria mais ou menos como os sindicatos de metalúrgicos representam os metalúrgicos. Ora, a óbvia condição de trabalhador dos jornalistas não lhes confere automaticamente o status de operário.

E, antes de tudo, esta concepção sindical encobre a dimensão essencial

da atividade jornalística, que é a dimensão política ou institucional. Ao contrário de outras categorias, que produzem bens ou serviços, jornalistas produzem algo muito mais volátil e de óbvio impacto político: informações, análises e interpretações, que tendencialmente atingem a toda a sociedade. Assim como a ninguém ocorre exigir diploma de Ciência Política para o exercício de mandato de deputado ou governador, a ninguém deveria surpreender a não-obrigatoriedade de diploma específico para jornalistas, que desempenham um papel muito semelhante ao dos políticos (segundo Weber, o jornalista é um tipo de político profissional).

Os sindicatos da categoria devem ser fortalecidos e a regulamentação profissional aperfeiçoada, o que o fim do diploma não impede, como prova a experiência da maioria dos países democráticos da Europa e dos Estados Unidos, onde aquele requisito não é obrigatório. Mas a consolidação da democracia brasileira passa também pelo fortalecimento do jornalismo brasileiro, algo de que a militância sindical da categoria parece não se dar conta, ao insistir numa prática puramente economicista e "obreirista". O consolo é que o debate está apenas começando. Depois de quarenta anos de atrelamento dos sindicatos ao Estado, o corporativismo é uma praga que não se elimina facilmente. Não basta o anticorporativismo retórico, é preciso que as lideranças sindicais (e universitárias) acreditem sinceramente no que estão dizendo.

ALEXANDRE POLESÍ, 29, graduado em Jornalismo pela Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP, é editor-assistente de Política desta Folha.

X
Fne - com